

ENTREVISTA/Bernardo Cabral

'Ulysses é o caminho das pedras no Congresso'

RODOLFO FERNANDES e MARIA LIMA

BRASÍLIA — O futuro Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, já descobriu o caminho das pedras para começar suas conversas no Congresso Nacional e viabilizar a aprovação das primeiras medidas de Governo do Presidente eleito, Fernando Collor de Mello.

— Sem dúvida alguma, come-

çarei conversando com o doutor Ulysses Guimarães, que é o maior referencial dentro do Congresso. Eu tenho certeza de que quando as propostas forem a ele levadas, forradas de seriedade, ele as examinará. É um homem capaz de fazer grandes alianças.

Além do Presidente do PMDB — partido com maior representação no Congresso —, Cabral anuncia que, entre outros, pro-

curará o PT e o PSDB, pois não acredita que os partidos que se colocarem contra o Governo farão "oposição ferrenha".

Apesar de contar com o otimismo para suas negociações, o futuro Ministro da Justiça acha que no caso de rejeição de uma medida provisória de "altíssima relevância" pelo Congresso o Poder Executivo poderá vir a reeditá-la, como faz atualmente o Pre-

sidente Sarney. Cabral admite que poderá aproveitar a brecha constitucional para se candidatar a um cargo eletivo em outubro sem se desincompatibilizar.

Além dos temas políticos, Bernardo Cabral pretende combater a fundo o problema da violência no País, e não sem razão: ele já foi assaltado em plena luz do dia, em frente ao Cine Roxy em Copacabana e também no Metrô de Paris. O futuro Ministro garante

que a recessão anunciada por Collor não aumentará a violência no País.

E para os historiadores que criticam a queima dos arquivos do SNI, outro recado:

— Há material que precisa e necessariamente será preservado. Não se pode extinguir pura e simplesmente o SNI, sem que haja um órgão correlato. E isso existirá.

O GLOBO — O Presidente eleito Fernando Collor e o senhor anunciaram que sua indicação tem como principal motivação a articulação de um Governo de união nacional. Isso não fica parecendo uma daquelas expressões, do tipo pacto social, destinadas a encher o noticiário da imprensa e que nunca dão em nada?

BERNARDO CABRAL — Não. Eu acho que o que se pretende fazer nos primeiros meses é um apelo a que haja o apoio para essas primeiras medidas, independentemente de qualquer conotação político-partidária. É claro que haverá desconforto por parte de alguns parlamentares nos seus âmbitos regionais. Há correntes que dentro de um Estado apoiaram Collor, outros não apoiaram e, numa hora em que sejam convocados para aderir — não no sentido da barganha, mas no de trabalho em favor da sociedade brasileira — é claro que o problema regional gerará desconforto. Mas este desconforto será recompensado pelo reconhecimento de que o povo brasileiro verá em redor o que se quer com uma grande união nacional.

O GLOBO — O PMDB, o PSDB, o PDT e o PT de antemão já se declararam na oposição. Isso não inviabilizaria desde já a idéia de união nacional?

CABRAL — Eu não sei se todos esses partidos ficariam na oposição ferrenha, se seriam oposição apenas pela oposição. Acho que o bom senso contribuirá para que quando uma medida for encaminhada pelo futuro Presidente tenha acolhida por parte pelo menos de alguns integrantes desses partidos. Eu sei que alguns já declararam que serão e farão oposição sistemática, mas minha ida para o Ministério da Justiça, retirado do seio do Congresso Nacional, representa, pelo menos, uma forma de simpatia que o Presidente Collor de Mello quis demonstrar para com essa corporação legislativa.

O GLOBO — O senhor começaria pelo doutor Ulysses Guimarães, seu dileto amigo?

CABRAL — Sem dúvida alguma começarei por ele. O doutor Ulysses Guimarães representa, no meu julgamento, o maior referencial que o Congresso pode ter. O doutor Ulysses não conseguiu trazer para a grande massa brasileira a sua autoridade dentro do Congresso, mas ele a tem, desempenhou muito bem na Assembleia Nacional Constituinte e é

um homem capaz de fazer grandes alianças. E eu tenho certeza de que com o espírito público de Ulysses Guimarães, quando as propostas a ele forem levadas, forradas da seriedade e da sinceridade, ele as examinará. Ele ainda é o caminho das pedras no PMDB, que é o maior partido do Congresso.

O GLOBO — O senhor já deve ter uma radiografia dos outros partidos. Por onde começar com o PT, por exemplo. Que setores do PT o senhor procuraria para conversar?

CABRAL — Bom, eu tenho que começar pelas lideranças dos respectivos partidos. Quem estiver na liderança do PT será a pessoa que eu procurarei e a quem exibirei as medidas que se pretenda tomar e, a seguir, pedirei que este líder leve à sua bancada para troca de idéias. Ainda que não venha depois o apoio correspondente, pelo menos não se dirá que o conhecimento prévio não existiu. De modo que eu procurarei todas as lideranças.

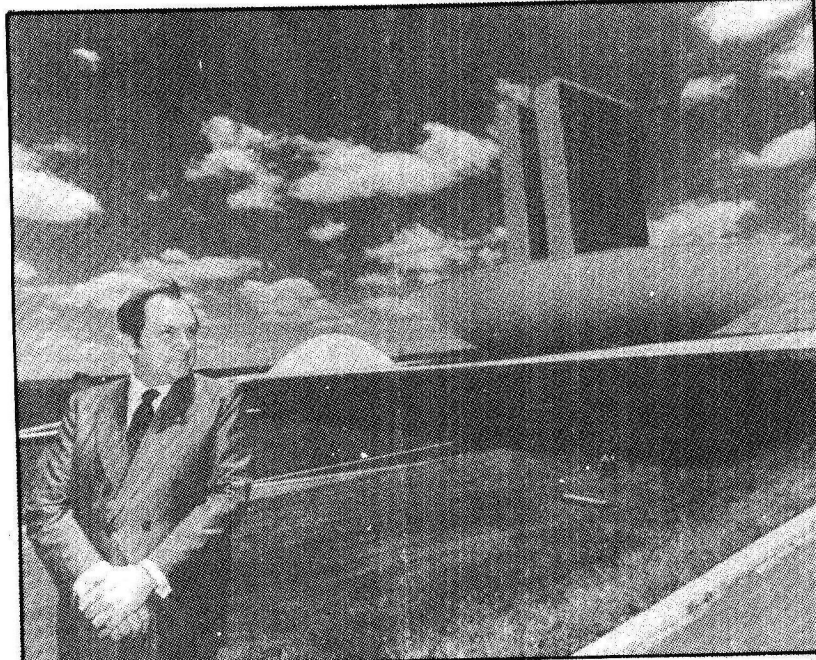
O GLOBO — O que que o senhor vai dizer para convencer um integrante da Oposição de que deve votar numa proposta do Governo?

CABRAL — Eu não vou tentar convencer. Eu vou mostrar, com toda a clareza e transparência necessárias o que existe na medida a ser proposta. Eu não tentarei convencer porque o parlamentar brasileiro tem discernimento suficiente para saber quando o assunto é conveniente à Nação. E eu vou me louvar neste discernimento.

O GLOBO — O que o Governo Collor faria no caso de rejeição de uma medida provisória? Enviaria outra em seguida, como vem fazendo o Presidente Sarney?

CABRAL — Eu não tenho condições de responder, porque isto é uma hipótese e eu não quero me debruçar, no início de um Governo, sobre uma hipótese. Mas, por uma questão lógica, se a matéria fosse de altíssima relevância, não vejo por que ela não seja renovada.

O GLOBO — A reação à sua indicação foi positiva na área política, o único comentário desfavorável veio do Ministro Saulo Ramos que



Telefoto de João Ramid

"Chego ao Ministério da Justiça, ao contrário de outros, por méritos próprios e não por amizade com o Presidente"

disse preferir que o senhor tivesse mais conhecimento de Direito. O senhor sabe o motivo deste comentário, é alguma seqüela de brigas antigas na Constituinte?

CABRAL — Eu não tenho como fazer avaliação, nem quero dar resposta. Eu apenas quero dizer que fui o primeiro lugar da minha turma e entre os meus professores, na Faculdade, estava o Ministro Xavier de Albuquerque, que foi Presidente do Supremo. Talvez, o Ministro Xavier de Albuquerque tenha mais condições de opinar do que o Ministro Saulo Ramos. Além disso, posso dizer que chego ao Ministério da Justiça, ao contrário de outros, exclusivamente por méritos próprios e não por amizade ou compadrio com o Presidente da República. Todos os cargos que tenho ocupado na minha vida são pelo voto direto. Eu nunca cheguei a ocupar um cargo público por ser compadre desta ou daquela autoridade.

O GLOBO — A coordenação política do Governo será o grande projeto do Ministério da Justiça na gestão Collor de Mello?

CABRAL — Eu não diria que este será o único grande projeto. A disposição que o Presidente Collor de Mello revelou, de trazer de volta a coor-

denação política para o Ministério da Justiça, só merece elogios. O que o Presidente Collor me disse, é que as funções do Ministro-Chefe do Gabinete Civil serão apenas centralizadas dentro da conveniência do Palácio do Planalto, não tendo, portanto, nenhuma ingerência na articulação política. Portanto, o Ministério da Justiça, mais a liderança do Governo e a Vice-Presidência da República, através de seus titulares, serão os encarregados de desenvolver a caminhada para a grande união nacional.

O GLOBO — O Presidente eleito disse que o senhor vai com ele até o final do governo. Ele praticamente jogou por terra a possibilidade de o senhor vir a disputar o Governo do Amazonas.

CABRAL — O que o Presidente quis dizer com isto é que ele pretende prestigiar até o final do Governo dele o seu convidado para Ministro da Justiça, ou seja, não há prazo fixo. Agora, isto não exclui que, caso deseje, eu possa disputar um mandato eletivo, uma vez que não há incompatibilidade, pelo menos por enquanto, para quem exercita os cargos de Ministro ou de Secretário de Estado, possa fazê-lo.

O GLOBO — O Presidente eleito já anunciou uma pequena recessão.

O senhor vai estar tratando de uma área muito delicada que é a questão da violência. Essa recessão poderá agravar problema da violência no Brasil?

CABRAL — Eu acho que a violência no Brasil não passa pela recessão, muito menos pela falta de moradia, de educação, de emprego. No meu entendimento, as suas raízes estão incrustadas numa profunda injustiça social. O que ocorre é que, debelada esta injustiça social, e o Presidente Collor de Mello tem ao seu redor pessoas capazes para pôr um fim à inflação, tudo o mais será consequência.

O GLOBO — Num primeiro momento a recessão não poderia agravar um pouco este problema?

CABRAL — Não sei se agravaria. O problema da violência no País hoje é de tal sorte que raros são os brasileiros, ou os que aqui vivem, tendo vindo de outros países, que não tenham sofrido uma violência. Eu mesmo, em plena Avenida Copacabana, às 19h30m, na porta do Cine Roxy fui assaltado, em companhia de minha mulher. Esta violência eu também senti numa cidade européia, onde em pleno metrô também fui assaltado. Isto não é privilégio do País. Foi em Paris, numa viagem de dois ou três anos atrás. Mas eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar, que se houver, como haverá da parte do Governo como um todo, a disposição de atacar a inflação e, conseqüentemente por um cobro na recessão, este problema será resolvido.

O GLOBO — Deputado, qual seria o comportamento do Ministro da Justiça diante de uma onda de greves?

CABRAL — Em primeiro lugar, eu acho que greve é um direito assegurado pela Constituição. Em segundo, o próprio texto constitucional diz que os abusos serão punidos na forma da lei. Os responsáveis não poderão apenas deflagrar uma greve, contrariando a grande vontade brasileira, fazendo uma greve pela greve. Agora, greve se deve resolver através do diálogo. Eu acho que o Ministro da Justiça, se houver uma greve, terá que conversar, não só com as lideranças sindicais, mas com o próprio Ministro do Trabalho.

O GLOBO — Collor disse no final da campanha que não permitiria

de jeito nenhum as greves políticas.

CABRAL — Não, há uma diferença. O que o Presidente declarou é que não vai permitir baderna. Que através de uma manifestação que não seja realmente o chamado instituto da greve, com a intenção de fazer baderna — de provocar uma convulsão social ou uma inquietação social — é evidente que aí medidas outras terão de ser tomadas, porque nem esta greve terá o apoio das forças sindicais.

O GLOBO — O Presidente eleito já anunciou que vai extinguir o SNI. O senhor, como Ministro da Justiça, sentiria falta de um organismo de informação? O senhor acha que a Polícia Federal está aparelhada para tratar deste assunto?

CABRAL — Há uma diferença. O que o Presidente eleito disse é que a sua idéia é que o Estado não pode ficar à mercê de interferências externas, problemas de informação, e também do lado interno. O que o futuro Presidente deseja é criar um órgão sem ter a preocupação de que o Estado gere a inquietação no indivíduo. É claro que o SNI vai sofrer uma reformulação, não se pode todavia extingui-lo pura e simplesmente sem que haja um órgão correlato — e isto haverá. Haverá uma Secretaria na qual o Presidente Collor de Mello colocará parte do serviço de inteligência.

O GLOBO — Quer dizer que não vai haver aquela queima em praça pública dos documentos do SNI anunciada por assessores de Collor?

CABRAL — Bem, eu não sei, ele nunca me disse isso. É claro que há material que precisa e, necessariamente, será preservado. Eu não creio que o Presidente Collor de Mello tenha feito uma declaração tão genérica, até porque a mim ele não disse nada neste sentido.

O GLOBO — O senhor tem planos de aproveitar a experiência do doutor Romeu Tuma?

CABRAL — Bom, eu espero a partir do dia 16 de março, uma vez que o Presidente Collor de Mello me deu carta branca, escolher as pessoas com quem eu for afinado. De modo que, qualquer adiantamento no momento não seria aconselhável.

Na página 22: "Collor estuda novos nomes para a Economia"